

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,
Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2016 da Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. – SICOOB CREDIRIODOCE, na forma da Legislação em vigor.

1. POLÍTICA OPERACIONAL

Em 2016 o SICOOB CREDIRIODOCE completou 28 anos de existência, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos, captação de depósitos e prestação de serviços.

2. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2016, o SICOOB CREDIRIODOCE obteve o resultado de **R\$ 6.011.620,17**, valor este que representa um retorno anual sobre o Patrimônio Líquido de 12,13%.

Deduzidos os valores de R\$1.941.683,84 para pagamento de juros ao capital e R\$ 2.238.464,99 para destinações estatutárias, o resultado final líquido foi de R\$1.831.471,34.

3. ATIVOS

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$114.556.803,13. Por sua vez, a carteira de créditos representou na data base de 31/12/2016 R\$132.342.704,80, uma redução de 0,64% em relação ao ano anterior.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira	Valor (R\$)	Porcentagem
Carteira Rural	R\$35.430.686,11	26,77%
Carteira Comercial	R\$96.912.018,69	73,23%

O parâmetro utilizado nas instituições financeiras é de que a soma das dívidas dos 20 maiores devedores não exceda 50% do total das operações de crédito bruta.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 34,57% da carteira, no montante de R\$45.746.308,16.

4. CAPTAÇÃO

As captações, no total de R\$172.374.563,32, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 24,28%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos	Valor (R\$)	Porcentagem
Depósitos à Vista	R\$41.531.569,49	24,09%
Depósitos a Prazo	R\$130.842.993,83	75,91%

O parâmetro utilizado nas instituições financeiras é de que a soma dos recursos dos 20 maiores depositantes não exceda 50% do total dos depósitos.

Os Vinte Maiores Depositantes do SICOOB CREDIRIODOCE representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 26,62% da captação, no montante de R\$45.888.062,82.

5. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIRIODOCE na data base de 31/12/2016 alcançou o valor de R\$49.545.480,06 apresentando um crescimento de 22,57% em relação ao ano anterior. O quadro de associados atingiu o número de 22.898 Cooperados, havendo um acréscimo de 4,12% em relação ao exercício anterior.

6. POLÍTICA DE CRÉDITO

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do associado, buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIRIODOCE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 93,61% nos níveis de "A" a "C".

7. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - 2015 - 2018

O Planejamento estratégico é um processo gerencial que permite estabelecer a resposta que a organização precisa apresentar ao seu ambiente, diante de um contexto de mudanças.

O SICOOB CREDIRIODOCE elaborou o seu Plano Estratégico, adotando a metodologia Balanced Scorecard (BSC), uma ferramenta comprovada e eficaz na mensuração do progresso da organização rumo às suas metas de longo prazo, a partir da tradução da visão em objetivos, indicadores, metas e projetos estratégicos; as condições quantificadas a serem atingidas levaram em consideração os cenários interno e externo, assim como a visão, missão, os valores e a filosofia cooperativista.

Em 2015 a cooperativa revisou o seu plano estratégico e um novo ciclo foi criado para os anos de 2015 a 2018, onde foram mantidas as estratégias e a estrutura do mapa estratégico, que está dividido em quatro perspectivas: Financeiras, Associado / Comunidade, Processos Internos, Aprendizado e Crescimento, todas elas com objetivos estratégicos, indicadores, metas e projetos claros e desafiantes. Temos como resultado final o alcance da nossa visão de futuro. **"Ser reconhecida como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados"**.

Para o ano de 2016 foram criadas diversas ações e projetos que visam o aperfeiçoamento dos processos críticos da cooperativa, proporcionando melhorias de resultados e aumento da competitividade, dentre eles podemos destacar:

- **Inteligência Competitiva:** prepara a instituição para os novos desafios do mercado, e por meio do alinhamento total, direciona todos os colaboradores em busca do mesmo objetivo. Para o ano de 2016 foram estabelecidas as seguintes estratégias e projetos:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETOS	RESUMO DESCRIÇÃO
EXCELÊNCIA OPERACIONAL	P1 - EXCELÊNCIA OPERACIONAL	Foco na revisão e melhoria de processos.
	P2 - CUSTOS E DESPESAS	Foco no controle das despesas, otimização dos custos e melhoria da eficiência administrativa.
GESTÃO DE PESSOAS	P3 - PRACCTO	Esse projeto visa a junção dos programas PRATCO e Crescer, mais as ações e suporte do marketing interno e externo, com a finalidade de promover a capacitação de dirigentes, funcionários e associados, através da Educação, Formação e Informação.
POTENCIALIZAÇÃO DE NEGÓCIOS	P4 - EXPANSÃO DE NEGÓCIOS	Foco na Expansão dos negócios das Agências, alavancando o Crédito, Captação, Capital Social e Associados. Foco na melhoria de estrutura física e de pessoal.
	P5 - RECUPERAÇÃO	Foco nas ações para a Recuperação e prevenção de perdas.
COBERTURA	P6 - EXPANSÃO TERRITORIAL	Foco em apoiar com informações e estratégias a área de Negócios, para que as agências com baixo desempenho, especialmente as recém inauguradas alcancem seus objetivos e permitam que estudos de abertura para novas agências possam ser continuados. Apoiar estruturas de Plataforma de Negócios para a ampliação territorial sem a necessidade de agências.

No ano de 2016 diversas ações foram implementadas, entre elas podemos citar:

- **Ações Comerciais** - Entre as ações comerciais implantadas, podemos citar: Campanhas promocionais, reestruturação da área de negócios criando a Plataforma, com a contratação novos gerentes de relacionamento, segmentação em agências além da Sede, reestruturação da área de Produtos e Serviços, entre outras. Estas ações visam o aumento de negócios e melhores resultados para a nossa cooperativa.

- **Reinauguração da Agência de Jampruca** - A reinauguração aconteceu no dia 02 de maio e contou com a presença dos conselheiros, diretoria e colaboradores da Crediriodoce, associados, delegados e lideranças do município. Presente em Jampruca há 15 anos, o Sicoob Crediriodoce passa a oferecer a seus associados uma agência com cerca de 100 m², tendo uma pequena ampliação, mas principalmente investindo em maior conforto, comodidade e segurança aos associados.

- **Reinauguração da Agência de Mantena** - A reinauguração da agência de Mantena ocorreu no dia 17 de junho de 2016 e contou com a presença dos conselheiros, diretoria e colaboradores da Crediriodoce, associados, delegados e lideranças do município. Presente em Mantena há 14 anos, o Sicoob Crediriodoce passa a oferecer a seus associados, uma agência com uma área de 450 m², tendo uma grande ampliação com dois pavimentos, além da mudança para um local mais estratégico, com maior visibilidade e fluxo de pessoas. O investimento feito para garantir o conforto, comodidade, segurança e preparo para levar as melhores soluções aos associados e à comunidade. Com instalações amplas e atualizadas as novas agências estão preparadas para levar as melhores soluções aos associados e à comunidade.

- **Troca das Placas de Identidade Visual** - Foram realizadas as trocas das sinalizações internas e externas das agências para a nova identidade visual da marca Sicoob com o objetivo de modernizar e gerar no associado o sentimento de pertencimento e equidade. Em 2016 a identidade visual da nova marca Sicoob foi implantada nas seguintes agências: Jampruca, Mantena, Virgíópolis, Divinolândia de Minas, Sardoá, Pescador e Sede. No planejamento de 2017 está previsto realizar a atualização da identidade visual das agências que ainda não possuem.

- **Pesquisa de Clima Organizacional** - O Sicoob Crediriodoce promoveu em 2016 uma Pesquisa de Clima junto aos seus funcionários, desenvolvida pela Assessoria de Gestão Estratégica de Pessoas. O resultado foi de 72,8% de satisfação geral, 15 pontos acima da pesquisa realizada em 2009. Em 2017 a Cooperativa participará da pesquisa Guia VOCÊ S/A - As Melhores Empresas para Você Trabalhar, realizada pela VOCÊ S/A e Fundação Instituto Administração (FIA). Para isso instituiu um Comitê de Clima, de caráter consultivo e de assessoramento, subordinado à Diretoria, com o objetivo de realizar a gestão do clima organizacional.

- **Premiação recebida no Concred** - O Rio de Janeiro recebeu representantes cooperativistas para o 11º Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Crédito - Concred, dos dias 28 a 30 de setembro de 2016. Uma das atrações do evento foi a 4ª edição do Prêmio Concred Verde, com o intuito de incentivar as práticas das Cooperativas Financeiras, que avançam para uma responsabilidade socioambiental. De maneira extasiada, o Sicoob Crediriodoce recebeu o prêmio em 3º lugar na categoria Equilíbrio Ambiental com o projeto PDRS, uma parceria realizada com a Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce, União Ruralista Rio Doce, Sindicato Rural de Governador Valadares e apoio técnico da Univalde. Além disso, foi recebida ainda uma menção honrosa pelo projeto SGC - Sociedade de Garantia de Crédito do Vale do Rio Doce.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem o poder maior de decisão na Assembleia Geral, que é a reunião de todos os delegados, que são os legítimos representantes dos associados de cada grupo seccional (agência) da Cooperativa. A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda Agentes de Controles Internos, subordinados ao Conselho de Administração, que acompanham no dia a dia a qualidade dos processos. Eles são orientados diretamente pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS que, por sua vez, executa as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

9. CONSELHO FISCAL

Eleito na Assembleia Geral Ordinária (AGO) 2015, com mandato até a AGO de 2017, o Conselho Fiscal tem função de fiscalizar, assídua e minuciosamente a Administração da Cooperativa. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

10. CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIRIODOCE aderiram ao Código de Ética proposto pelo SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, em 12/02/2010 por meio de compromisso firmado. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

11. SISTEMA DE OUVIDORIA

A Ouvidoria, constituída em 2007, representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2016, a Ouvidoria do SICOOB CREDIRIODOCE registrou 42 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 42 reclamações, 25 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. Quanto às 17 restantes, foram consideradas como improcedentes.

12. FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO - FGCOOP

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCOOP tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCOOP pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

BALANÇO PATRIMONIAL 2016

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO RIO DOCE LTDA



Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Além das garantias prestadas pelo FCGOOP, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui o seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos - FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio, às operações de crédito realizadas entre as Cooperativas participantes e instituições como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, BDMG, BANCOOB e outros bancos parceiros e nas hipóteses de descentralização, liquidação e/ou exclusão.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Governador Valadares- MG, 27 de janeiro de 2017.

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO RIO DOCE LTDA.

SICOOB CREDIRIODOCE

Alberto Ferreira Presidente do Conselho de Administração	Cantídio Carlos França Ferreira Vice Presidente do Conselho de Administração	
Décio Chaves Rodrigues Conselheiro de Administração	Euler Fernandes Júnior Conselheiro de Administração	Fernando Luiz Monteiro Conselheiro de Administração
Geraldo Antônio Birro Costa Conselheiro de Administração	José Geraldo Pedra Sá Conselheiro de Administração	Paulo Roberto Fontes Conselheiro de Administração
Celso Mól Mariano Júnior Diretor Administrativo-Financeiro	Silas Dias Costa Júnior Conselheiro de Administração Diretor de Relações Institucionais	

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

EM REAIS

ATIVO	31/12/16	31/12/15
Circulante	194.539.733,47	162.144.125,91
Disponibilidades	2.463.479,14	2.281.685,33
Relações Interfinanceiras (Nota 4)	114.556.803,13	88.309.367,93
Centralização Financeira - Cooperativas	114.556.803,13	88.309.367,93
Operações de Crédito (Nota 5)	72.627.816,04	68.863.145,04
Operações de Crédito	78.128.221,88	72.332.180,36
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(5.500.405,84)	(3.469.035,32)
Outros Créditos (Nota 6)	2.211.720,68	2.020.416,69
Créditos por Avais e Fianças Honrados	455.017,28	117.578,45
Rendas a Receber	1.346.159,73	1.245.989,60
Diversos	725.446,62	719.474,77
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(314.902,95)	(62.626,13)
Outros Valores e Bens (Nota 7)	2.679.914,48	669.510,92
Outros Valores e Bens	2.629.059,33	619.328,52
Despesas Antecipadas	50.855,15	50.182,40
Realizável a Longo Prazo	56.931.102,22	63.373.787,37
Operações de Crédito (Nota 5)	54.214.482,92	60.866.222,41
Operações de Crédito	54.214.482,92	60.866.222,41
Outros Créditos (Nota 6)	2.716.619,30	2.507.564,96
Diversos	2.716.619,30	2.507.564,96
Permanente	11.115.475,27	10.689.816,05
Investimentos (Nota 8)	7.205.251,35	6.943.898,93
Participações em Cooperativas	7.059.616,86	6.798.264,44
Outros Investimentos	145.634,49	145.634,49
Imobilizado de Uso (Nota 9)	3.910.223,92	3.364.222,24
Imóveis de Uso	1.860.973,46	2.031.772,81
Outras Imobilizações de Uso	6.476.231,25	4.626.569,35
(Depreciações Acumuladas)	(4.426.980,79)	(3.294.119,92)
Diferido	-	381.694,88
Gastos de Organização e Expansão	3.226,00	985.938,61
(Amortização Acumulada)	(3.226,00)	(604.243,73)
TOTAL DO ATIVO	262.586.310,96	236.207.729,33

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

EM REAIS

PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	200.685.309,54	168.895.893,20
Depósitos (Nota 10)	172.374.563,32	138.697.164,26
Depósitos à Vista	41.531.569,49	35.799.048,72
Depósitos a Prazo	130.842.993,83	102.898.115,54
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 11)	25.569,12	-
Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares	25.569,12	-
Relações Interfinanceiras (Nota 12)	20.450.755,42	16.985.500,78
Repasse Interfinanceiros	20.449.889,40	16.984.138,73
Correspondentes	866,02	1.362,05
Relações Interdependências (Nota 13)	3.787.256,88	9.171.109,65
Recursos em Trânsito de Terceiros	3.787.256,88	9.171.109,65
Outras Obrigações (Nota 14)	4.047.164,80	4.042.118,51
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	23.696,50	38.072,15
Sociais e Estatutárias	475.135,29	895.509,63
Fiscais e Previdenciárias	661.016,39	596.708,88
Diversas	2.887.316,62	2.511.827,85
Exigível a Longo Prazo	12.355.521,36	23.547.465,10
Relações Interfinanceiras (Nota 12)	10.092.542,61	21.450.735,04
Repasse Interfinanceiros	10.092.542,61	21.450.735,04

Outras Obrigações (Nota 14)	2.262.978,75	2.096.730,06
Diversas	2.262.978,75	2.096.730,06
Patrimônio Líquido (Nota 16)	49.545.480,06	43.764.371,03
Capital Social	37.859.590,12	34.612.378,58
De Domiciliados no País	38.365.541,69	35.052.576,11
(Capital a Realizar)	(505.951,57)	(440.197,53)
Reserva de Sobras	9.854.418,60	7.819.450,43
Sobras Acumuladas	1.831.471,34	1.332.542,02
TOTAL	262.586.310,96	236.207.729,33

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

EM REAIS

	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira	15.797.837,20	30.467.351,25	24.751.766,00
Operações de Crédito	15.797.837,20	30.467.351,25	24.751.766,00
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira	(11.389.474,01)	(22.724.080,47)	(17.545.936,18)
Operações de Captação no Mercado	(8.411.378,42)	(15.861.570,22)	(13.263.358,40)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(1.122.346,78)	(2.309.922,92)	(1.881.256,08)
Provisão para Operações de Créditos	(1.855.748,81)	(4.552.587,33)	(2.401.321,70)
Resultado Bruto Intermediação Financeira	4.408.363,19	7.743.270,78	7.205.829,82
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais	(696.685,05)	(1.253.255,81)	(1.030.974,55)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	1.479.594,64	2.857.512,89	2.511.507,35
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	2.371.078,40	4.288.009,67	3.551.590,29
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	(6.244.501,36)	(12.020.413,43)	(9.922.141,83)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	(4.925.440,32)	(9.858.682,75)	(8.308.964,94)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(114.773,41)	(237.080,54)	(211.480,48)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	7.430.010,04	13.931.099,87	11.296.084,49
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais (Nota 19)	1.035.087,98	2.415.489,43	1.476.338,01
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais (Nota 20)	(1.727.741,02)	(2.629.190,95)	(1.423.907,44)
Resultado Operacional	3.711.678,14	6.490.014,97	6.174.855,27
Resultado Não Operacional (Nota 21)	(137.401,80)	(166.048,91)	(41.012,44)
Resultado Antes da Tributação/Participações	3.574.276,34	6.323.966,06	6.133.842,83
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos	(64.890,51)	(160.954,13)	(131.124,81)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos	(52.179,46)	(125.902,40)	(95.707,59)
Participação no Lucro (Sobra)	-	(25.489,36)	(353.348,61)
Juros sobre Capital Próprio	(741.683,84)	(1.941.683,84)	(2.410.222,66)
Sobras / Perdas antes das Destinações	2.715.522,53	4.069.936,33	3.143.439,16
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO 16.d	-	(2.238.464,99)	(1.810.897,14)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	(203.496,82)	(330.294,90)
Reserva Legal	-	(2.034.968,17)	(1.480.602,24)
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	-	1.831.471,34	1.332.542,02

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

EM REAIS

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal		
Saldos em 31/12/2014	28.624.212,01	(393.639,90)	5.703.119,47	2.015.527,68	35.949.219,26
Ao Capital	1.379.384,10	-	-	(1.379.384,10)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(414,86)	(414,86)
Por Subscrição/Realização	4.014.400,91	(46.557,63)	-	-	3.966.237,69
Por Devolução (-)	(1.325.772,23)	-	-	-	(1.324.166,64)
Estorno Capital Subscrito	(980,00)	-	-	-	(980,00)
Reversão de Reservas	-	-	635.728,72	(635.728,72)	-
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	5.553.661,82	5.553.661,82
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(2.410.222,66)	(2.410.222,66)
Integralização de Juros ao Capital	2.393.539,74	-	-	-	2.393.539,74
IRRF Sobre Juros ao Capital	(32.208,42)	-	-	-	(32.208,42)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	(182.234,68)	(182.234,68)
. Fundo de Reserva	-	-	1.480.602,24	(1.480.602,24)	-
. F A T E S	-	-	-	(148.060,22)	(148.060,22)
Saldos em 31/12/2015	35.052.576,11	(440.197,53)	7.819.450,43	1.332.542,02	43.764.371,03
Saldos em 31/12/2015	35.052.576,11	(440.197,53)	7.819.450,43	1.332.542,02	43.764.371,03
Ao Capital	1.332.374,91	-	-	(1.332.374,91)	-
Cotas de Capital à Pagar - Exassociados	-	-	-	(167,11)	(167,11)
Por Subscrição/Realização	2.357.290,79	(65.754,04)	-	-	2.291.536,75
Por Devolução (-)	(2.285.759,83)	-	-	-	(2.285.759,83)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	6.011.620,17	6.011.620,17
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(1.941.683,84)	(1.941.683,84)
Integralização de Juros ao Capital	1.927.709,91	-	-	-	1.927.709,91
IRRF Sobre Juros ao Capital	(18.650,20)	-	-	-	(18.650,20)
. Fundo de Reserva	-	-	2.034.968,17	(2.034.968,17)	-
. F A T E S	-	-	-	(203.496,82)	(203.496,82)
Saldos em 31/12/2016	38.365.541,69	(505.951,57)	9.854.418,60	1.831.471,34	49.545.480,06
Saldos em 30/06/2016	36.147.424,71	(476.215,32)	7.819.450,43	1.354.413,80	44.845.073,62
Por Subscrição/Realização	1.124.503,26	(29.736,25)	-	-	1.094.767,01
Por Devolução (-)	(815.445,99)	-	-	-	(815.445,99)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	3.457.206,37	3.457.206,37
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	(741.683,84)	(741.683,84)
Integralização de Juros ao Capital	1.927.709,91	-	-	-	1.927.709,91

BALANÇO PATRIMONIAL 2016

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO RIO DOCE LTDA



IRRF Sobre Juros ao Capital	(18.650,20)				(18.650,20)
. Fundo de Reserva			2.034.968,17	(2.034.968,17)	
. FATES				(203.496,82)	(203.496,82)
Saldos em 31/12/2016	38.365.541,69	(505.951,57)	9.854.418,60	1.831.471,34	49.545.480,06

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

DESCRIÇÃO	2º SEMESTRE 2016	31/12/2016	31/12/2015
Atividades Operacionais			
Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação	3.574.276,34	6.323.966,06	6.133.842,83
IRPJ / CSLL	(117.069,97)	(286.856,53)	(226.832,40)
Provisão para Operações de Crédito	507.973,69	2.031.370,52	458.313,85
Depreciações e Amortizações	367.383,13	660.096,54	579.200,20
Participação dos Funcionários nos Lucros	-	(25.489,36)	(353.348,61)
Provisão de Juros ao Capital	(741.683,84)	(1.941.683,84)	(2.410.222,66)
Outros Ajustes - Depreciação	(52.024,28)	(52.024,28)	4.906,06
	3.538.855,07	6.709.379,11	4.185.859,27
Aumento (Redução) em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	(836.013,70)	855.697,97	(16.459.563,75)
Outros Créditos	179.077,01	(400.358,33)	(781.607,46)
Outros Valores e Bens	(1.732.909,50)	(2.010.403,56)	(558.943,33)
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos a Vista	1.466.034,98	5.732.520,77	(289.874,45)
Depósitos sob Aviso	11.540,77	8.353,38	(853.779,21)
Depósitos a Prazo	5.952.696,93	27.936.524,91	12.822.150,82
Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares	25.569,12	25.569,12	-
Outras Obrigações	(1.397.921,79)	171.294,98	(5.647.833,82)
Relações Interdependências	(246.565,96)	(5.383.852,77)	4.147.340,25
Relações Interfinanceiras	(4.714.646,78)	(7.892.937,79)	9.013.718,17
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	(2.395,75)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	2.245.716,15	25.751.787,79	5.575.070,74
Atividades de Investimentos			
Alienação de Imobilizações de Uso	988,71	988,71	472,32
Aplicação no Diferido	-	-	(3.958,50)
Inversões em Imobilizado de Uso	(126.390,14)	(754.349,11)	(801.742,15)
Inversões em Investimentos	(36.741,95)	(261.352,42)	(261.102,44)
Baixa Imobilizado	5.987,99	(19.018,66)	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(156.155,39)	(1.033.731,48)	(1.066.330,77)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	1.094.767,01	2.291.536,75	3.967.843,28
Devolução de Capital à Cooperados	(815.445,99)	(2.285.759,83)	(1.325.772,23)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(167,11)	(414,86)
Integralização de Juros ao Capital	1.927.709,91	1.927.709,91	2.393.539,74
IRRF sobre Juros ao Capital	(18.650,20)	(18.650,20)	(32.208,42)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(182.234,68)
FATES Sobras Exercício	(203.496,82)	(203.496,82)	(148.060,22)
Estorno Capital Subscrito	-	-	(980,00)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	1.984.883,91	1.711.172,70	4.671.712,61
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	4.074.444,67	26.429.229,01	9.180.452,58
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	112.945.837,60	90.591.053,26	81.410.600,68
No Fim do Período	117.020.282,27	117.020.282,27	90.591.053,26
Varição Líquida das Disponibilidades	4.074.444,67	26.429.229,01	9.180.452,58

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(VALORES EXPRESSOS EM REAIS, EXCETO QUANDO ESPECIFICADO)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. - SICOOB CREDIRIODOCE, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24 de Outubro de 1988, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIRIODOCE possui além de sua sede no centro de Governador Valadares, mais 17 Postos de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: Capitão Andrade, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Fernandes Tourinho, Frei Inocêncio, Itabirinha, Jampruca, Mantena, Marilac, Pescador, Santa Efigênia de Minas, São Felix de Minas, Sardoá, Virgínpolis, Vargem Grande (São João do Manteninha), além de outras duas agências em Governador Valadares localizadas nos bairros Jardim Perola e São Paulo (Avenida JK).

O SICOOB CREDIRIODOCE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 05/09/2005 ocorreu a transformação do SICOOB CREDIRIODOCE para entidade de "Livre Admissão de Associados" aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 23/11/2005, processo nº 0401271439.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras

de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração e Diretoria em sua reunião datada de 27/01/2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Resolução CMN nº 1.376/11 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/15, CPC 02(R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN nº 4.524/16, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 27 Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aqueles relativos a títulos descontados, que são calculados com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias:

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	2.463.479,14	2.281.685,33
Relações interfinanceiras - Centralização Financeira	114.556.803,13	88.309.367,93
Total	117.020.282,27	90.591.053,26

b) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

c) Provisão para operações de crédito

É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabeleceu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H o risco máximo.

d) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

e) Investimentos

São representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

f) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios entre outros equipamentos, as instalações, as edificações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

g) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

h) Valor recuperável de ativos - "impairment"

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

i) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, que são os líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

BALANÇO PATRIMONIAL 2016

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO RIO DOCE LTDA



k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícito como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, a qual a Cooperativa tem por diretriz.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

4. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira – Cooperativa (a)	114.556.803,13	88.309.367,93
Total	114.556.803,13	88.309.367,93

(a) Refere-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	328.266,83	-	328.266,83	303.300,05
Cheque Especial / Conta Garantida	4.683.808,50	-	4.683.808,50	5.345.568,56
Empréstimos	37.810.663,96	39.333.628,05	77.144.292,01	68.127.807,93
Financiamentos	2.681.423,05	2.820.203,81	5.501.626,86	8.478.355,33
Títulos Descontados	9.087.957,24	166.067,25	9.254.024,49	9.165.598,33
Financiamento Rural Próprio	2.528.729,39	2.385.095,57	4.913.824,96	6.690.794,51
Financiamento Rural Repasses	21.007.372,91	9.509.488,24	30.516.861,15	35.086.978,06
(-)Provisão Perda Operações de Crédito	(5.500.405,84)	-	(5.500.405,84)	(3.469.035,32)
Total	72.627.816,04	54.214.482,92	126.842.298,96	129.729.367,45

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA	-	Normal	9.110.244,32	-	5.430.562,69	-
A	0,5%	Normal	61.804.021,37	309.020,22	69.406.431,38	347.032,16
B	1%	Normal	39.123.467,77	391.234,83	44.960.962,64	449.609,63
B	1%	Vencidas	683.323,33	6.833,24	3.487.755,90	34.877,56
C	3%	Normal	12.254.890,91	367.646,87	4.262.830,09	127.884,90
C	3%	Vencidas	906.390,75	27.191,73	1.186.955,16	35.609,65
D	10%	Normal	2.249.198,84	224.919,97	560.515,84	56.051,58
D	10%	Vencidas	730.247,95	73.024,82	770.697,72	77.070,14
E	30%	Normal	837.904,41	251.371,42	433.938,25	130.181,48
E	30%	Vencidas	437.037,97	131.111,44	282.311,59	84.693,48
F	50%	Normal	535.888,37	267.944,29	196.816,55	98.408,28
F	50%	Vencidas	203.035,13	101.517,60	166.836,30	83.418,15
G	70%	Normal	138.593,90	97.015,77	100.453,62	70.317,53
G	70%	Vencidas	256.287,36	179.401,22	258.180,87	180.726,61
H	100%	Normal	815.285,02	815.285,02	541.235,59	541.235,59
H	100%	Vencidas	2.256.887,40	2.256.887,40	1.151.918,58	1.151.918,58
Total Normal			126.869.494,91	2.724.438,38	125.893.746,65	1.820.721,15
Total Vencido			5.473.209,89	2.775.967,46	7.304.656,12	1.648.314,17
Total Geral			132.342.704,80	(5.500.405,84)	133.198.402,77	(3.469.035,32)
Provisões			(5.500.405,84)		(3.469.035,32)	
Total Líquido			126.842.298,96		129.729.367,45	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Sem Venc.	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	12.751.516,81	25.059.147,15	39.333.628,05	77.144.292,01
Títulos Descontados	-	7.677.612,29	1.410.344,95	166.067,25	9.254.024,49
Financiamentos	-	897.778,71	1.783.644,34	2.820.203,81	5.501.626,86
Financiamentos Rurais	-	4.450.538,60	19.085.563,70	11.894.583,81	35.430.686,11
Adiantamento Depositante	328.266,83	-	-	-	328.266,83
Cheque Especial e C/G	4.683.808,50	-	-	-	4.683.808,50
Total	5.012.075,33	25.777.446,41	47.338.700,14	54.214.482,92	132.342.704,80

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Crédito	Vencido		A Vencer			
	A partir de 15 dias	Até 03 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
	001	002	003	004	005	006
S.PUB.EST.ATV.EMP.COMÉRCIO	872,71	15.462,22	41.913,54	61.808,40	-	-
SET.PRIV.ATV.EMP.AGROPECUARIA	15.487,03	119.649,86	1.790.179,51	66.457,01	3.402,17	-
SET.PRIV.ATV.EMP.INDÚSTRIA	95.951,27	1.173.287,58	1.520.919,85	1.696.667,42	1.056.103,92	1.519.360,49
SET.PRIV.ATV.EMP.COMÉRCIO	766.339,94	4.938.574,17	7.228.833,67	8.694.853,74	4.094.427,07	2.156.775,10
SET.PRIV.I.M.S.SOC.CAPIT	1.512,00	4.536,00	13.608,00	33.264,00	-	-
SET.PRIV.I.M.S.ENT.FECH.PRIV	-	1.920,26	1.172,12	-	-	-
SET.PRIV.OUTROS SERVIÇOS	189.700,72	2.844.773,94	4.452.173,15	8.562.577,75	2.642.089,75	157.687,74
PESSOA FISICA	931.676,58	14.961.705,84	32.289.655,35	19.964.418,65	2.603.351,82	855.288,57
SET.PRIV.COM.JOIAS PEDRAS MET	-	5.656,28	-	-	-	-
S.P.COM.COMPR.VENDA IMOV.	-	13.980,78	27.390,16	-	-	-
S.PRIV.ATV.AGENCIAMENTO TURI	-	6.195,35	19.428,34	4.677,31	-	-
Total	2.001.540,25	24.085.742,28	47.385.273,69	39.084.724,28	10.399.374,73	4.689.111,90

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	3.469.035,32	3.010.721,47
Constituições/Reversões no período	4.355.694,25	2.357.998,35
Transferências/Reversões para Prejuízo no período	(2.324.323,73)	(1.899.684,50)
Total	5.500.405,84	3.469.035,32

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	4.918.435,05	3,97%	5.065.166,67	3,80%
10 Maiores Devedores	34.906.953,38	28,21%	28.305.969,52	21,25%
50 Maiores Devedores	56.123.497,96	45,35%	49.445.546,27	37,12%

Obs.: Desconsiderados os grupos econômicos.

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	10.729.341,26	9.452.177,33
Valor das operações transferidas no período	2.324.323,73	1.899.684,50
Valor das operações recuperadas no período	(5.509.895,48)	(622.520,57)
Total	7.543.769,51	10.729.341,26

h) Receitas de Operações de Crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de Adiantamentos a depositantes	371.115,27	381.926,81
Rendas de Empréstimos	20.736.672,02	16.184.694,51
Rendas de Títulos Descontados	2.616.798,59	2.621.361,30
Rendas de Financiamentos	1.490.663,46	2.039.804,16
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	1.132.102,72	1.173.276,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Repassadas	2.292.942,00	1.758.335,68
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.796.042,42	591.769,22
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honorados	31.014,77	598,32
Total	30.467.351,25	24.751.766,00

6. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Avais e Fianças Honorados	455.017,28	117.578,45
Rendas a Receber (a)	1.346.159,73	1.245.989,60
Serviços Prestados a Receber	28.497,49	94.781,77
Outras Rendas a Receber	1.317.662,24	1.151.207,83
Diversos	3.442.065,92	3.227.039,73
Adiantamentos e Antecipações Salariais	36.759,05	46.574,52
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	30.316,90	14.389,19
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	2.716.619,30	2.507.564,96
Impostos e Contribuições a Compensar	7.060,57	6.245,41
Imposto de Renda a Recuperar	26,07	26,07
Títulos e Créditos a Receber (c)	362.241,80	349.299,53
Devedores Diversos – País (d)	289.042,23	302.940,05
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(314.902,95)	(62.626,13)
Total	4.928.339,98	4.527.981,65

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: outras rendas de convênios (28.497,49), receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (1.278.382,64), rendas a receber da previdência social – INSS (2.802,56), e outras rendas a receber: Comissão Crédito Consignado, Comissão Poupança Cooperada, Tarifa Interbancário TIB (36.477,04);

(b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: INSS Cédula de Presença (36.955,45) PIS Faturamento Atos Cooperativos SICOOB CREDICOOP (20.961,81), PIS sobre Folha de Pagamento (590.150,06), COFINS Faturamento Atos Cooperativos (1.372.194,94), Depósitos interposições de recursos trabalhistas e outros (696.357,04);

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas (357.241,80), cessão de direitos creditórios - cartão (5.000,00);

(d) Em devedores diversos estão registrados as pendências de diferença de caixa, pendências a regularizar outras, pendências a regularizar BANCOOB e parcelas de seguros a receber.

7. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio (a)	2.616.229,17	619.328,52

BALANÇO PATRIMONIAL 2016

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO RIO DOCE LTDA



Material em Estoque	12.830,16	-
Despesas Antecipadas (b)	50.855,15	50.182,40
Total	2.679.914,48	669.510,92

(a) Recebimento de imóveis em dação de pagamento de dívidas nos valores de R\$14.228,52 em 01/12/2014, R\$106.696,99 em 26/01/2016, R\$293.900,00 em 31/08/2016, R\$500.000,00 em 16/09/2016, R\$760.000,00 em 28/10/2016 e R\$380.403,66 em 30/11/2016; recebimento de 03 veículos, sendo 02 SCANIA Modelo G 420 no valor de R\$325.000,00 e uma carta de crédito consórcio SCANIA valor de R\$236.000,00 em 30/12/2015.

(b) Refere-se a prêmios de seguros, manutenção e conservação, processamento de dados, FVR.

8. INVESTIMENTOS

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCOOB. Movimentação dos investimentos:

Descrição	SICOOB CENTRAL CREDIMINAS	BANCOOB	Outros Investimentos	Total
Saldos em 30/06/2015	6.730.128,28	136.893,49	8.741,00	6.875.762,77
Investimentos	68.136,16	-	-	68.136,16
Saldos em 31/12/2015	6.798.264,44	136.893,49	8.741,00	6.943.898,93
Saldos em 30/06/2016	7.022.874,91	136.893,49	8.741,00	7.168.509,40
Investimentos	36.741,95	-	-	36.741,95
Saldos em 31/12/2016	7.059.616,86	136.893,49	8.741,00	7.205.251,35

9. IMOBILIZADO DE USO

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa de Depreciação
Imobilizações em Curso (a)	14.520,00	8.806,70	-
Terrenos	273.736,96	273.736,96	-
Edificações	1.587.236,50	1.758.035,85	4%
Instalações Móveis e Equipamentos	3.716.709,45	2.227.087,00	10%
Sistema de Processamento de Dados	2.038.222,99	1.751.636,78	20%
Sistemas de Comunicação	226.417,73	224.839,10	10%
Sistema de Segurança	339.274,68	273.113,37	10%
Sistemas de Transportes	141.086,40	141.086,40	20%
TOTAL	8.337.204,71	6.658.342,16	-
Depreciação acumulada	(4.426.980,79)	(3.294.119,92)	-
TOTAL	3.910.223,92	3.364.222,24	-

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto, sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro-rata temporis, já as remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito a Vista	41.531.569,49	35.799.048,72
Depósito Sob Aviso	878.448,61	870.095,23
Depósito a Prazo	129.964.545,22	102.028.020,31
Total	172.374.563,32	138.697.164,26

Os depósitos, até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas às cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCOOP, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos - FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	112.699,59	163.093,85
Despesas de Depósitos a Prazo	15.508.666,67	12.886.412,15
Despesas de letras de Crédito do Agronegócio	69,12	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor	240.134,84	213.852,40
Total	15.861.570,22	13.263.358,40

11. RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	25.569,12	-
Total	25.569,12	-

As letras de Crédito do Agronegócio (LCA) são títulos de emissão da Cooperativa que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04).

12. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS / OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2016		31/12/2015
			Circulante	Não Circulante	
CREDIMINAS	8,75% a.a.	Diversos	-	58.967,29	825.982,51
BANCOOB	1,00% a 6,50% a.a.	Diversos	3.246.315,16	27.237.149,56	37.608.891,26
Total			3.246.315,16	27.296.116,85	38.434.873,77

13. RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ordens de Pagamento (a)	3.701.710,66	9.103.510,54
Recursos em trânsito de terceiros (b)	85.546,22	67.599,11
Total	3.787.256,88	9.171.109,65

(a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, por solicitação dos associados, porém não compensados até a data-base de 31/12/2016. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

(b) Refere-se às arrecadações de concessionárias de serviços públicos a serem repassadas.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	203.881,85	521.726,45
Cotas de capital a pagar (b)	271.253,44	88.783,18
Gratificações e Participações	-	285.000,00
Total	475.135,29	895.509,63

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais e à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e por 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - Cosif. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

(b) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar (a)	54.192,23	55.622,43
Impostos e contribuições a recolher (b)	606.824,16	541.086,45
Total	661.016,39	596.708,88

(a) Refere-se a provisões IRPJ, CSLL, do 4º trimestre de 2016;

(b) Refere-se a tributos sobre folha de pagamento (FGTS, IRRF, INSS), retidos de terceiros (IRRF, INSS e ISSQN) e Provisão PIS Folha de pagamento.

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cobrança e Arrecadação de tributos e Assemelhados	23.696,50	38.072,15
Obrigações por Aquisição de Bens e Direito	13.407,09	6.649,00
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	505.688,57	415.229,58
Despesas de Pessoal (b)	1.271.307,18	1.096.360,00
Outras Despesas Administrativas (c)	488.289,80	410.092,77
Provisões para Passivos Contingentes (d)	2.262.978,75	1.978.958,34
Provisão para Garantias Prestadas	176.794,39	117.771,72
Credores Diversos - País (e)	431.829,59	426.138,87
Cheques Descontados (f)	91.483,13	157.357,63
Credores Diversos Liquidação de Cobrança	1.022,11	-
Total	5.266.497,11	4.646.630,06

(a) Refere-se a convênio firmado entre a Cooperativa e empresa para pagamento de salários;

(b) Refere-se a provisões com despesas de pessoal, referente a férias, 1/3 de férias, INSS sobre férias e FGTS sobre férias;

(c) Refere-se às provisões para despesas administrativas da Cooperativa;

(d) Refere-se às provisões Ações Trabalhistas, PIS Folha de Pagamento, PIS Faturamento, COFINS Faturamento e Ações Indenizatórias;

(e) Refere-se às pendências a regularizar, diferenças de caixa, diferenças Bancoob, Créditos de Terceiros, Pagamentos a Processar e Rateio de despesas da central;

(f) Refere-se a cheques depositados, relativos a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2016.

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisão para Contingências	Depósitos judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
TRABALHISTAS	113.029,65	696.357,04	120.970,37	671.590,37
OUTROS PASSIVOS (a)	163.827,65	36.955,45	49.808,89	34.627,79
PIS FATURAMENTO (b)	20.961,81	20.961,81	20.007,12	20.007,12
COFINS FATURAMENTO (b)	1.372.194,94	1.372.194,94	1.304.585,75	1.304.585,75
PIS FOLHA PAGAMENTO	592.964,70	590.150,06	483.586,21	476.753,93
PROVISÕES GARANTIAS PRESTADAS	176.794,39	-	117.771,72	-
Total	2.439.773,14	2.716.619,30	2.096.730,06	2.507.564,96

Descrição	PIS FATURAMENTO / COFINS		Trabalhistas	Outras Contingências	Total
	PIS S/ FOLHA				
Saldo em 31/12/2014	1.260.590,76	391.667,96	-	46.417,61	1.631.186,40
Provisões/ Atualizações feitas durante o semestre	32.181,52	35.308,41	-	-	67.489,93
Saldo em 01/01/2015	1.290.207,34	434.119,26	35.000,00	58.157,38	1.817.483,98
Saldo em 31/12/2015	1.324.592,87	483.586,21	120.970,37	167.580,61	2.096.730,06
Provisões/ Atualizações feitas durante o semestre	68.563,88	109.378,49	(7.940,72)	173.041,43	343.043,08
Saldo em 31/12/2016	1.393.156,75	592.964,70	113.029,65	340.622,04	2.439.773,14

(a) Refere-se à provisão ações em que a cooperativa é parte envolvida.

(b) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

BALANÇO PATRIMONIAL 2016

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO RIO DOCE LTDA



15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB CREDIRIODOCE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	37.859.590,12	34.612.378,58
Associados	21.992	20.994

No exercício de 2016, a Cooperativa aumentou seu capital social em R\$3.312.965,58, com recursos provenientes do PROCAPRED – Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito, SICOOB Cotas Partes, integralizações espontâneas e pagamento de juros ao capital.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
PROCAPRED	-	10.000,00
COTAS PARTES	-	279.561,74
PAGAMENTO DE JUROS AO CAPITAL	1.941.683,84	2.410.222,66
INTEGRALIZAÇÕES ESPONTÂNEAS	1.371.281,74	3.682.022,07
Total	3.312.965,58	6.381.806,47

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, o percentual de 50% foi utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 12 de março de 2016, os cooperados através de seus delegados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$1.332.542,01.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra líquida do exercício	4.069.936,33	3.143.439,16
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES	-	(182.234,68)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações.	4.069.936,33	2.961.204,48
Reserva legal – 50% em 2015 e 2016	(2.034.968,17)	(1.480.602,24)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%.	(203.496,82)	(148.060,22)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.831.471,35	1.332.542,01

Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

Em 2016 a reserva legal foi de 50% das sobras devido à classificação no PROAF;

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa e;

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

17. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Receita de prestação de serviços	2.220.520,39	1.817.061,53
Despesas específicas de atos não cooperativos	(253.223,71)	(195.096,53)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(882.024,15)	(734.403,35)
Valores conforme resolução Sicoob confederação nº 129 e 149	(679.622,33)	(437.507,20)
Resultado operacional	405.650,20	450.054,45
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas.	(166.048,91)	(41.012,44)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	239.601,29	409.042,01
Imposto de Renda e Contribuição Social	(286.856,53)	(226.807,33)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(47.255,24)	182.234,68

18. PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa no ano de 2016 efetuou mensalmente provisão para pagamento de juros ao capital atingindo um de valor de R\$1.985.000,00. Com essa provisão remunerou juros ao capital próprio dos associados nos exercícios de 2016 no valor de R\$1.941.683,84. Os critérios para o pagamento obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. OUTROS INGRESSOS/RENDAS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de Encargos e Despesas	482.692,41	284.003,90
Reversão de Outras Provisões Operacionais	-	11.739,77
Rendas de Repasses Interfinanceiros	55.207,42	29.313,98
Atualização de Depósitos Judiciais	118.862,70	103.771,82
Rendas de Cartões	1.242.299,99	569.735,62
Dividendos	34.638,94	26.686,74
Outras Rendas Operacionais (a)	481.787,97	451.086,18
Total	2.415.489,43	1.476.338,01

(a) Refere-se a rendas com cartões de crédito e rendas com repasse delcredere.

20. OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2016	2015
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	465.287,28	58.416,27
Descontos Concedidos em Operações de Crédito	46.005,23	215.404,97
Cancelamento de Tarifas Pendentes	701.969,51	519.826,81
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	8.264,63	4.392,00

Provisão para passivos Contingentes	316.871,33	159.311,64
Despesas com Correspondentes Cooperativos	23.862,42	14.181,88
Outras Despesas Operacionais	611.159,79	294.819,35
Outras	-	11.739,77
Provisão para Garantias Prestadas	113.640,68	117.771,72
Contribuições ao Fundo Ressarcimento de Fraudes Externas	6.319,03	19.138,95
Contribuições ao Fundo Ressarcimento de Perdas Operacionais	2.843,19	8.904,08
Contribuições ao Fundo de Investimento Tecnologia da Informação	332.967,86	-
Total	2.629.190,95	1.423.907,44

21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Lucros na Alienação de Valores e Bens	3.379,82	77,68
Ganhos de Capital	50.449,26	31.760,27
Outras Rendas Não Operacionais	18.571,00	11.721,63
Total de Receitas Não Operacionais	72.400,08	43.559,58
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	-	(6.936,66)
Perdas de Capital	(38.310,51)	(47.646,10)
Outras	(200.138,48)	(29.989,26)
Total de Despesas Não Operacionais	(238.448,99)	(84.572,02)
Resultado Líquido	(166.048,91)	(41.012,44)

23. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e os membros próximos, familiares de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

MOVIMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS NO PERÍODO DE 01/01/2016 A 31/12/2016:

MOVIMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total
R\$1.517.856,55	1,15%
MOVIMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total
R\$5.273.275,62	3,98%

O valor de R\$1.517.856,55 refere-se às operações de empréstimos e crédito rural concedidas no período de 01/01/2016 a 31/12/2016. O valor de R\$5.273.275,62 refere-se a recursos de depósitos a prazo aplicados no período de 01/01/2016 a 31/12/2016.

MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS NO EXERCÍCIO DE 2016: OPERAÇÕES ATIVAS – SALDO EM 31/12/2016

CARTEIRA DE CRÉDITO TOTAL – SALDO EM 31/12/2016		
Carteira Total	PCLD – (Provisão Crédito Liquidação Duvidosa) Total	% do PCLD em Relação ao Total da Carteira de Crédito
R\$132.342.704,80	R\$5.500.405,84	4,16 %

OPERAÇÕES ATIVAS (Partes Relacionadas) – SALDO EM 31/12/2016				
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO (Partes Relacionadas)	% das Operações de Crédito em Relação à Carteira Total	PCLD (Partes Relacionadas)	% PCLD em relação ao Total de PCLD
Cheque Especial e C/G	10.106,72	0,01%	101,07	0,00%
Crédito Rural	834.354,81	0,63%	4.635,88	0,08%
Empréstimo	589.536,17	0,45%	782,81	0,01%
Total Geral	1.433.997,70	1,09%	5.519,76	0,09%

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2016

DEPÓSITOS Á VISTA – SALDO EM 31/12/2016		
Depósito a Vista Total	Depósito a Vista (Partes Relacionadas)	% em Relação Depósito a Vista Total
R\$41.530.939,17	R\$328.512,42	0,79 %

APLICAÇÕES FINANCEIRAS – SALDO EM 31/12/2016			
Aplicações Financeiras Totais	Aplicação Partes Relacionadas	% em Relação Aplicação Financeira Total	Taxa Média - %
R\$129.964.545,22	R\$5.273.275,62	4,06%	95,85% CDI

CAPITAL SOCIAL – SALDO EM 31/12/2016		
Capital Social total	Capital Social (Partes Relacionadas)	% em Relação Capital Social
37.859.590,12	704.437,57	1,86%

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas (1)	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/Diretoria Executiva (2)
Cheque Especial	7,95% a.m.	7,95% a.m.
Conta Garantida	4,90 a 6,55% a.m.	4,90 a 6,55% a.m.
Empréstimos	2,35 a 4,49% a.m.	2,35 a 4,49% a.m.
Crédito Rural – Repasses	2,5 % a.a. a 9,50% a.a.	2,5% a.a. a 9,50 % a.a.
Aplicação Financeira – RDC	94% a 99 % CDI	94% a 99% CDI

(1) Taxas praticadas a época da contratação da operação e (2) Taxas Vigentes

As obrigações prestadas pela Cooperativa às partes relacionadas foram as seguintes:

AS COBRIGAÇÕES PRESTADAS ÀS PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2016
R\$ 136.147,01

No exercício findo os benefícios monetários destinados às partes relacionadas, que tem autoridade e responsabilidade de planejar dirigir e controlar as atividades da cooperativa (conselheiros de administração e diretores executivos) está representado por honorários, cédulas de presenças em reuniões, e encargos respectivos, apresentando-se da seguinte forma:

BALANÇO PATRIMONIAL 2016

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO RIO DOCE LTDA



BENEFÍCIOS MONETÁRIOS DIRETORIA E CONSELHO ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2016

Honorários – Presidente do Conselho de Administração e Diretoria	710.807,25
Honorários – Conselho de Administração	252.292,34
Gratificação Natalina Presidente Conselho e Diretoria Executiva	50.408,13
FGTS Presidente Conselho e Diretoria Executiva	60.158,77
INSS Diretoria Executiva, Presidente Conselho e Conselheiros de Administração	191.528,26
TOTAL	1.265.194,75

23. REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS FISCAIS

No exercício findo de 2016 o conselho fiscal da cooperativa obteve através de cédula de presença em reuniões, e encargos respectivos, apresentando-se conforme abaixo:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIO DE 2016

Cédula de Presença - Conselho Fiscal	96.180,04
INSS Conselho Fiscal	25.924,20
TOTAL	122.104,24

24. COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA.

O SICOOB CREDIRIODOCE, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiado à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum, em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e pelas normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, bem como a facilitação da utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e a aplicação dos recursos captados, a implantação e a implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras medidas.

O SICOOB CREDIRIODOCE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com a Sicoob Central Crediminas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 4)	114.556.803,13	88.309.367,93
Ativo Permanente - Investimentos (nota 8)	7.205.251,35	6.943.898,93
Passivo circulante e não circulante - Relação interfinanceira (nota 12)	30.542.432,01	38.434.873,77

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30/06/16, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 24 de agosto de 2016, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2016 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

25. GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL

25.1 Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no art. 12 da Lei Complementar 130/2009 e no art. 34 da Resolução CMN 4.434/2015.

A estrutura centralizada de gerenciamento do risco operacional do Sicoob prevê

- identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
- documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências e de gerenciamento do risco operacional;
- realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- elaboração de propostas de atualização da política;
- disseminação da Política de Gerenciamento de Risco Operacional aos empregados da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;
- existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco operacional;
- implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação sobre continuidade de atividades

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de controles Internos e Riscos (ACIR).

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

25.2 Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CREDIRIODOCE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Visando definir responsabilidades e diretrizes aplicadas à gestão de riscos de mercado e de liquidez e atender às exigências e normas legais, foram estabelecidas as Políticas Institucionais de Gerenciamento da Centralização Financeira de Riscos de Mercado e de Liquidez, aprovadas pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob.

O gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma centralizada pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), com amparo nos Artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez prevê:

- realização de validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez;
- acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos para as entidades do Sicoob, fornecidos pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez, que evidenciem,

no mínimo:

- valor em Risco (Value at Risk – VaR);
 - limites máximos de risco de mercado;
 - cenários de stress para risco de mercado;
 - limite mínimo de liquidez;
 - cenários de stress para risco de liquidez.
- e) realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- f) elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as especificações normativas;
- g) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e de liquidez.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob. O relatório descritivo dessa estrutura encontra-se disponível no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br.

25.3 Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob é formalizado por meio da Política Institucional de Risco de Crédito em vigor, com característica sistêmica, e foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, observando o que preceitua a Resolução CMN 3721/2009.

O Bancoob é responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, conforme prevê o Artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitoramento das carteiras de crédito e manutenção de política única de risco de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- procedimentos para a recuperação de créditos;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
- área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível adequado de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
- limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado, contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição ao risco de crédito das entidades integrantes do Sistema Sicoob, sendo o descritivo disponibilizado no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br.

25.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CREDIRIODOCE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.

O gerenciamento de capital é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no Artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, e é formalizada por meio da Política Institucional de Gerenciamento de Capital, aprovada pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, que estabelece as diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital, visando adotar uma postura prospectiva, antecipando necessidades de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições do mercado.

A estrutura de gerenciamento de capital prevê:

- monitoramento e controle do capital mantido pelas entidades do Sicoob;
- avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;
- planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;
- postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- viabilização, por meio de planejamento adequado de capitalização e de condições necessárias para o crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, a estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório disponível no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br.

26. COBRIGALÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 O SICOOB CREDIRIODOCE era responsável por cobrigações e riscos em garantias prestadas nos montantes de R\$11.652.403,20 e R\$7.261.584,86, respectivamente, referentes a avais prestados em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

27. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADOS

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. ÍNDICE DE BASILÉIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/13, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2016.

29. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIRIODOCE, dos processos judiciais em que figura como pólo passivo, foram classificadas como perdas possíveis, 36 processos totalizando R\$5.656.670,57.

30. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Multi Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

A contribuição do SICOOB CREDIRIODOCE corresponde a 50% da contribuição feita pelo empregado, limitada a 3% do salário bruto.

BALANÇO PATRIMONIAL 2016

COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO RIO DOCE LTDA



As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2016 totalizaram R\$53.862,75.

Governador Valadares – MG – 27 de Janeiro de 2017

Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda.

SICOOB CREDIRIODOCE

Alberto Ferreira

Presidente do Conselho de Administração

Cantídio Carlos França Ferreira

Vice Presidente do Conselho de Administração

Décio Chaves Rodrigues

Conselheiro de Administração

Euler Fernandes Júnior

Conselheiro de Administração

Fernando Luiz Monteiro

Conselheiro de Administração

Geraldo Antônio Birro Costa

Conselheiro de Administração

José Geraldo Pedra Sá

Conselheiro de Administração

Paulo Roberto Fontes

Conselheiro de Administração

Celso Mól Mariano Júnior

Diretor Administrativo-Financeiro

Silas Dias Costa Júnior

Conselheiro de Administração
Diretor de Relações Institucionais

José Osvaldo da Silva – Contador

Contador CRC MG 084.114

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Administração, Delegados e Associados da Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. – SICOOB CREDIRIODOCE. Governador Valadares – Minas Gerais.

Prezados Senhores.

Na condição de membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. – SICOOB CREDIRIODOCE e em cumprimento das atribuições legais e estatutárias, examinamos o balanço patrimonial, as demonstrações das sobras e perdas e demais demonstrativos contábeis normatizados pela legislação vigente e o relatório da diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Baseados nos exames efetuados, no relatório e parecer da Auditoria Externa, de responsabilidade da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, datado de 31 de janeiro de 2017, entendemos que as demonstrações contábeis apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira desta cooperativa em 31/12/2016, de acordo com as práticas contábeis definidas pela legislação brasileira e assim, pugnamos pela aprovação das contas apresentadas pelos senhores Delegados.

Governador Valadares, 03 de Fevereiro de 2017.

Emília Márcia França de L. Machado
Conselheira Fiscal

Gilmar de Oliveira
Conselheiro Fiscal

Sonia Maria Augusta de A. Miranda
Conselheira Fiscal

REALATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Cooperados da COOPERATIVA DE POUPANÇA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO RIO DOCE LTDA. – SICOOB CREDIRIODOCE Governador Valadares – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. – SICOOB CREDIRIODOCE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Poupança e Crédito de Livre Admissão do Vale do Rio Doce Ltda. – SICOOB CREDIRIODOCE em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas

pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Com parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles interno relevante para a auditoria para planejarmos procedimento de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles interno da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles interno que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2016.

Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG 090.766/0-4 | CNAI 2994

